

«The immense pity of what I have seen has taken possession of me; I know things to which I cannot reconcile myself. What demon drove me to Africa? What did I come out to find in this country? I was at peace. I know now. I must speak (...) the horrible truth that I suspect is what I must see»¹.

Crepúsculo sem Deuses

Os soldados olham para o fotógrafo com um ar cansado, resignado e talvez apreensivo. O seu equipamento parece bem cuidado, conquanto algo espartano: fardas muito semelhantes àquelas usadas pelo exército angolano, espingardas automáticas e lança granadas idênticos a modelos fabricados no leste da Europa. Numa fotografia a duas páginas publicada pelo semanário *The New Yorker*², é visível o contraste entre a aparente satisfação dos poucos populares que rodeiam um dos camiões das tropas de Kabila e o semblante carregado dos soldados que acabavam de tomar Kinshasa. Dir-se-ia que os militares percebiam que tinham herdado um Estado semelhante a um pneu vazio, cujo enchimento, não poderá ser feito com uma bomba, mas sopra a sopra³.

O Estado que Kabila conquistou não existia. Em bom rigor, tratava-se de um mero conceito geográfico. Mobutu transformou o Zaire na nação africana que deu mau nome à palavra «potencial»⁴. Invulgarmente rico em minerais (cobalto, cobre, ouro, diamantes e urânio) e em fontes de energia, e dotado de um solo relativamente fértil, o Zaire expirou com uma economia que regredira ao nível de 1958, não obstante a população ter triplicado desde então. O casamento da má gestão com a corrupção gerou uma inflação de 750 por cento — tornando a moeda, as célebres «prostáticas», um conceito sem valor um produto nacional bruto *per capita* inferior a cem dólares norte-americanos, a destruição das infra-estruturas básicas, uma função pública com seiscentos mil membros e um sistema bancário com apenas oito mil contas abertas⁵.

Mobutu foi, em larga medida, uma criação da Guerra Fria. Percebido durante anos como um baluarte contra o expansionismo soviético em África, quase tudo lhe foi permitido pela comunidade internacional. Uma investigação efectuada pelo *Financial Times*⁶ demonstrou que não obstante «provas claras de que desde o início do seu regime Mobutu desviou e desperdiçou fundos, as instituições financeiras, com a bênção dos seus governos, continuaram a prestar-lhe auxílio, muito pouco do qual chegou à população comum do Zaire».

Com investimentos imobiliários na França, na Bélgica, na Espanha, no Brasil, no Luxemburgo, na Suíça, na África do Sul, na Costa do Marfim e, alegadamente, em Portugal, bem como detentor de uma fortuna estimada

* As opiniões e informações contidas neste trabalho apenas vinculam o seu autor.

em 4 mil milhões de dólares norte-americanos, Mobutu passou a Kabila uma dívida externa de 14 mil milhões de dólares, gerada entre 1970 e 1995. Isto num período em que o Zaire recebeu 8.5 mil milhões de dólares de auxílio externo e exportou bens no valor de 10.7 mil milhões de dólares⁷.

Se Mobutu conseguiu sobreviver mesmo para além do momento em que deixou de ser útil aos seus apoiantes tradicionais, Kabila constitui um exemplo de sobrevivência política - e física... - igualmente marcante.

Qual Celecanto político pescado das águas agitadas dos Grandes Lagos, o dirigente da Aliança das Forças Democráticas para a Libertação do Congo (AFDLC) parecia condenado a passar ao lado da história, alguém preso a um passado obsoleto. Um membro anónimo da primeira delegação enviada por Washington para o contactar oficialmente, referiu-o nos seguintes termos: «He was talking a lot about big projects, roads and industries that the state will create (...) even state agriculture»⁸.

Ligado aos movimentos da guerrilha «marxista» dos anos sessenta, pouco tem sido revelado sobre as convicções políticas de Kabila, Conhece-se, todavia, a sua veneração por Patrice Lumumba, para quem a África acabaria por escrever a sua própria história. Sabe-se também que Che Guevara formou dele uma má opinião, por o considerar demasiado tribal e megalómano, durante o período em que ambos trabalharam juntos contra Mobutu nas cercanias do lago Tanganica⁹. O revolucionário argentino censurava igualmente o modo como Kabila tratava desertores e prisioneiros.

Não se tratando de um ideólogo¹⁰, Kabila parece adequar-se mais à imagem que dele traçou Bill Richardson¹¹: «I believe he's got potential to be a good leader. He's not an intellectual. He's not a deep thinker. But he's street smart, with a lot of political know how, he's got good timing, and he's a good military strategist»¹².

Inicialmente visto por vários analistas como um dirigente de transição¹³ cujo aparecimento apenas tivera lugar duas semanas após o início da sublevação que conduziu a AFDLC ao poder¹⁴, as hipóteses iniciais de triunfo pareciam remotas para Kabila. Mas o facto é que em cerca de sete meses o seu movimento instalou-se em Kinshasa. Beneficiando da implosão das Forças Armadas-zairenses — que se desmoronaram, «como uma casa que tivesse sido comida por térmitas»¹⁵ mais, interessadas em pilhar do que em combater, os rebeldes, fortemente apoiados por forças externas, conseguiram progredir sem travar grandes batalhas. Os únicos confrontos significativos ocorreram, em Kisangani, Watsa, Isiro, Nzoro e em Kenge¹⁶, sem perdas significativas para a AFDLC. No final do conflito, nem Mobutu morreu no «bunker»¹⁷, nem Kabila colheu os louros de urna vitória no campo de batalha. O único encontro entre ambos ocorrera a bordo do navio sul-africano Outeniqua, ocasião em que o dirigente da AFDLC demonstrou ter assimilado na perfeição a estratégia desenvolvida pelos «vietcongues» de «lutar e dialogar». No crepúsculo do Zaire e na alvorada do novo Congo, Mobutu e Kabila travaram uma luta de sobrevivência, sem conseguirem dissipar o receio sentido por muitos observadores de que se estava perante um confronto: entre o pior e o mal¹⁸. Mobutu perdeu; mas Kabila ficou com o ónus de demonstrar que não deseja

repetir os passos do seu antecessor.

O lado escuro da Lua

Sombras africanas

Retratar o conflito no ex-Zaire como uma guerra civil seria enganador. Com efeito, o regime de Mobutu foi, sobretudo, uma vítima imprevista do vírus que se propagou durante décadas na África Central a intervenção externa. O Ruanda e o Uganda foram os primeiros apoiantes de Kabila na guerra que a partir das Montanhas da Lua o conduziu ao poder. Mas não foram os únicos, uma vez que o Burundi, a Zâmbia, o Zimbabué, a Tanzânia, a Eritreia e numa fase posterior Angola, emprestaram diversas formas de apoio à AFDLC¹⁹.

O papel determinante de Kigali no desencadear do conflito encontra-se hoje claramente estabelecido. Paul Kagame, Vice-Presidente e ministro da Defesa do Ruanda; confirmou em Junho que a estrutura militar da Aliança foi comandada a partir do seu Estado, invertendo assim a política de negação seguida durante meses²⁰. O objectivo inicial ruandês encontrava-se bem definido: eliminar o movimento de guerrilha hutu sediado no Zaire, neutralizando simultaneamente as suas fontes de recrutamento junto do milhão de refugiados estabelecidos na província de Kivu. A tomada de Kinshasa apenas surge como o objectivo da acção militar a partir do momento em que se tornou visível, perante o colapso do exército zairense, que havia uma janela de oportunidade a explorar²¹. Proteger a população tutsi do Zaire - os 1.4 milhões de «Banyamulenges» ameaçados de expulsão por Mobutu —, foi o pretexto para o início da intervenção ruandesa. Desde o início, tratou-se de uma operação cuidadosamente planeada e controlada por Paul Kagame — a quase totalidade dos comandantes de escalão intermédio dos rebeldes era também ruandesa — que não hesitou em reprimir potenciais dissidências internas. A morte, em circunstâncias obscuras, de André Kissasse, aquele que seria o dirigente da AFDLC mais crítico ao domínio militar tutsi²², silenciou qualquer oposição à condução das operações pelos homens de Kagame, permitindo concomitantemente reforçar o papel de Kabila como a face da Aliança para o exterior.

Coube também ao Uganda um lugar preponderante na peça encenada no Zaire. Kampala participou em algumas batalhas com pessoal e equipamento militar, incluindo o apoio crítico da artilharia e de veículos blindados de transporte²³. Mas mais relevante ainda tem sido a actuação política e diplomática do Presidente Museveni enquanto mentor das profundas alterações em curso na região dos Grandes Lagos. Um crente na procura de soluções africanas para os problemas africanos, a influência revolucionária de Museveni traduz-se, em termos práticos, na aceitação do princípio da intervenção externa — desde que «africana» — para derrubar «dirigentes corruptos»²⁴. O seu elevado prestígio em África, talvez apenas eclipsado pelo de Nelson Mandela²⁵, tem sido consistentemente utilizado em benefício de Kabila, encontrando-se ainda

por determinar até que ponto o dirigente congolês desejará pôr em prática no seu Estado as receitas sócio-políticas que Museveni tem experimentado com aparente sucesso no Uganda²⁶.

Angola actuou nesta crise com muita astúcia: entrou tarde, quando as Forças Armadas do Zaire acusavam já sinais de colapso, mas acabou por ministrar o «coup de grâce» ao regime de Mobutu²⁷. De um ponto de vista militar a actuação angolana terá sido qualitativamente superior às outras intervenções externas, pelo tipo diversificado de apoio que parece ter prestado: financeiro, logístico (transporte aéreo e pontes metálicas, ambos vitais para a progressão dos revoltosos num terreno particularmente inóspito), artilharia de longo alcance, veículos blindados de transporte e carros de combate, para além do envio para o campo de batalha de milhares de catangueses — e seus descendentes — refugiados em Angola desde os anos sessenta. Luanda prestou também a Kabila auxílio na vertente diplomática da sua actuação, influenciando-o no sentido de não aceitar senão negociar a entrega do poder directamente à sua pessoa, ao contrário do que outras potências defendiam²⁸. Embora a vingança possa ter sido um dos elementos que pesou na decisão angolana de apoiar Kabila²⁹, o propósito principal era bem mais simples: tratava-se de suprimir a principal fonte de apoio externo da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). O perfil deste movimento no suporte a Mobutu tornara-se demasiada ostensivo, sobretudo por se suspeitar que a UNITA transferira para o Zaire uma parte do seu exército que não poderia manter em Angola por força dos Acordos de Paz do Estoril e do Protocolo de Lusaca. A batalha de Kenge, em que o envolvimento da UNITA se tornou manifesto, demonstrou que o conflito angolano encontrara momentaneamente no Zaire um novo modo de expressão³⁰.

Rumores distantes

«Once, I remember, we came upon a man-of-war anchored off the coast. There wasn't even a shed there, and she was shelling the bush. It appears the French had one of their wars going on thereabouts... In the empty immensity of earth sky, and water, there she was, incomprehensible, firing into a continent»³¹.

Estas palavras são de Joseph Conrad, um romancista, mas a imagem que transmitem talvez não se afaste muito do modo estático, imobilista e pouco criativo como a França geriu a crise no Zaire. A sua política de resistência a Kabila, conquanto sem cometer forças francesas na defesa do regime estabelecido, pareceu a espaços congelada no tempo³².

Na fase inicial do conflito, Paris assumiu a defesa: do Zaire perante aquilo que considerou — muito justamente... — uma intervenção externa, eventualmente inspirada por potências hostis à política francesa em Africa. Para prosseguir tal desiderato, a França seguiu duas vias: uma de natureza diplomática e legalista, centrada nas Nações Unidas; outra de cariz militar e clandestino.

Em relação à primeira das vias assinaladas, Paris procurou ressuscitar a ideia do envio para o leste do Zaire de uma força de interposição africana, mandatada pelas Nações Unidas. Este conceito desmoronou-se, não só pela falta de entusiasmo de Washington, mas também pela decisão tomada por Paul Kagame de atacar o *imenso campo* de refugiados de Mugunga, perto de Goma. Tal acção teve lugar a 15 de Novembro de 1996, suscitando o regresso ao Ruanda de cerca de meio milhão de refugiados, privando assim de argumentos sólidos aqueles que defendiam o envio de uma força multinacional³³. Com a queda de Kisangani, meses mais tarde, esta ideia ficou completamente afastada. Ainda a nível diplomático, a França conseguiu habilmente persuadir o Secretário-Geral das Nações Unidas e o Conselho de Segurança a adoptarem um plano de paz de cinco pontos³⁴, muito favorável a Kinshasa, desde logo porque estabelecia como primeiros requisitos «a imediata cessação de hostilidades» e «a retirada de todas as forças estrangeiras, incluindo mercenários». Os restantes pontos consistiam na reafirmação do respeito pela soberania e integridade territorial do Zaire, na necessidade de ser dispensada protecção e segurança a todos os refugiados e populações deslocadas e, como último ponto, uma referência a «uma resolução rápida e pacífica da crise através do diálogo, do processo eleitoral e da convocação de uma conferência internacional sobre a paz, a segurança e o desenvolvimento na região dos Grandes Lagos»³⁵. O plano aprovado mas nunca executado apoiava ainda o papel de M. Sahnoun, Representante Especial Conjunto do Secretário-Geral das Nações Unidas e do Secretário-Geral da Organização de Unidade Africana, cuja actuação veio a ser relegada para plano secundário pelas iniciativas diplomáticas de Washington e de Pretória.

Torna-se compreensivelmente mais difícil avaliar o papel francês no apoio militar a Mobutu. O *The New York Times*, citando «American intelligence reports and officials», publicou talvez a peça mais relevante nesta matéria³⁶. Nela é descrita em minucioso detalhe uma operação encoberta, pela qual Paris teria recrutado cerca de oitenta mercenários (sérvios, belgas e franceses) e fornecido a Kinshasa três aviões de combate MIG 21, comprados na ex-Jugoslávia. Mobutu teria obtido o apoio de Paris por alegadamente não ter conseguido recrutar a empresa sul-africana Executiva Outcomes.

No período terminal do conflito a posição francesa moveu-se ligeiramente, passando da intenção clara de manter uma certa forma de «mobutismo» sem Mobutu, para a tentativa de evitar uma transferência directa de poder para Kabila e a conquista militar de Kinshasa pela AFDLC. Foi nessa altura que reapareceu a fracassada e tardia ideia de criação de uma estrutura de transição — da qual Monsenhor Mosengwo seria o dirigente — abençoada pela Cimeira de Chefes de Estado da Africa Central, a última em que participou Mobutu, realizada em Libreville de 7 a 10 de Maio³⁷.

A queda de Mobutu foi internacionalmente lida como uma expressão do fracasso da política africana da França. Mas os acontecimentos subsequentes na República do Congo vieram a demonstrar que Paris digeriu os seus erros no Zaire, conseguindo modernizar o seu «approach» a África e, sobretudo, torná-la mais racional de um ponto de vista político e económico³⁸. De resto, não será de mais sublinhar que a França tomou a opção de não intervir militarmente no Zaire, conquanto tivesse mantido durante toda a crise tropas estacionadas em Brazzaville³⁹. Do lado dos Estados Unidos da América - o outro interveniente «distante» nesta crise - dificilmente se poderia sustentar que a sua postura foi transparente. E se Washington, pareceu *desejar* alimentar a ideia de que a sua actuação se pautou por «um desinvestimento muito construtivo»⁴⁰, não será menos correcto afirmar-se que a sua intenção era afastar Mobutu e, na medida do possível assegurar uma transição pacífica da poder, por forma a evitar uma catástrofe humanitária em Kinshasa (aldeia de «soft landing» para a AFDLC).

Paul Kagame afirmou à imprensa que não recebeu dos Estados Unidos qualquer apoio militar para a acção no Zaire, embora tivesse elogiado a decisão norte-americana de «deixar prosseguir» a rebelião⁴¹. Mas no *The Washington Post*⁴², num longo artigo muito comentado nos Estados Unidos, afirmou textualmente o seguinte: «U.S. involvement with Rwanda's military has been far more extensive than previously disclosed, including psychological operations and tactical special forces exercises that occurred few weeks before the start of last fall's Rwanda led insurgency in neighboring Congo, an internal Defense Department chronology shows».

A mesma fonte indica que «centenas» de ruandeses foram treinados por forças norte-americanas uniformizadas, desde 1995, em: áreas tão diversas quanto as da gestão militar e desminagem, ou em acções de combate e de justiça militar. O treino de forças especiais, confirmado pelo Pentágono, ocorreu em Julho e Agosto de 1996, pouco antes do início da intervenção ruandesa. Neste contexto, Washington negou sempre a participação de militares norte-americanos no conflito no Zaire.

Independentemente do que possa ter ocorrido no plano militar, a acção diplomática de Washington encontrava-se claramente apostada numa mudança tão controlada quanto possível, da qual os direitos humanos e a democracia seriam componentes importantes, mas possivelmente não vitais; Kabila talvez não figurasse nos planos originais de Washington; o mesmo se podendo dizer da ideia de uma transferência de poder pela força das armas⁴³. Mas a diplomacia norte-americana foi rápida a negociar com Kabila e mais célere ainda a demarcar-se de Mobutu. Bill Richardson chefiou três missões ao Congo/Zaire, enquanto enviado especial do Presidente Clinton. Na primeira, em Maio, procurou convencer Mobutu a abandonar o poder e Kabila a retardar a sua entrada em Kinshasa por forma a possibilitar ao primeiro uma saída pacífica⁴⁴. Na segunda, em Junho, Richardson dirigiu uma numerosa missão do seu Estado, tendo oferecido propostas de cooperação económica e militar, e de assistência na

recuperação dos bens desviados por Mobutu, a troco da colaboração do regime congolês em, matéria de direitos humanos⁴⁵. Na última denominada «missão. impossível»⁴⁶ os direitos humanos voltaram a estar no centro da agenda, como adiante se refere.

A margem da atitude oficial dos Estados Unidos, é curioso constatar que uma empresa mineira norte-americana, a America Fields Mineral, obteve da AFDLC, *ainda durante o conflito*, os direitos de exploração das minas de Kipushi (cobre e zinco) e de Kolwezi (cobalto), a troco de mil milhões, de dólares norte-americanos⁴⁷. Igualmente interessante, neste contexto, foi a atribuição pelo Governo congolês à Bechtel Group Inc., outra multinacional norte-americana, de um estudo global sobre os recursos naturais do Estado e as suas potencialidades de desenvolvimento através de. investimento privado⁴⁸. Ambos os casos poderiam ser lidos como sinais concretos do sucesso da, diplomacia norte-americana no Congo...

As divergências entre Washington e Paris, raras vezes assumidas em público de forma clara⁴⁹, acabaram por contribuir para paralisar a capacidade de actuação do Conselho de Segurança nesta crise. Como notou Jalnes Rupert⁵⁰ «The United States and European governments, and the international institutions they dominate, such as the U.N. Security Council, have to a large degree become marginalized as African leaders decide on moves (including military actions) designed to further their own national interests».

Para além de várias declarações do Presidente do Conselho de Segurança, progressivamente centradas nas questões humanitárias da crise; aquele órgão somente conseguiu votar uma Resolução a 1097 (1997), – e nunca debateu o assunto em público, na. presença.. de todos os membros das Nações Unidas. O Representante Permanente de Portugal, António Monteiro, tentou com o Presidente do Conselho de, Segurança organizar tal debate, mas acabou por verificar que as clivagens: existentes entre vários dos Estados-membros teriam inviabilizado um desfecho produtivo e construtivo.

Os efeitos da inércia do Conselho de Segurança e da postura distante assumida pela União Europeia tornaram-se plenamente visíveis na segunda crise do Congo/Zaire.

«Exterminate all the Brutes»⁵¹

O primeiro acto oficial de Kabila como Presidente, em 17 de Maio, foi o de devolver ao Estado o nome que, como corolário da política de «autenticidade», Mobutu tinha eliminado: a República Democrática do Congo⁵². Mas a esta fénix não foi restituída a sua pureza original, uma vez que renasceu sob a suspeita de que vários dos massacres ocorridos *durante* e após a cessação das hostilidades poderiam não ter constituído actos isolados, antes parecendo inserir-se na própria estratégia da «guerra da libertação»⁵³.

A intervenção ruandesa no Zaire foi, em larga medida, uma tentativa de pôr termo à guerra civil iniciada em 1994, com o genocídio de meio

milhão de tutsis às mãos das milícias («interahamwe») e dos militares hutus. Em plena era da informação, a comunidade internacional assistiu passivamente aos massacres no Ruanda, não obstante a presença no Estado de uma missão das Nações Unidas. Acresce que, aquando da subsequente vitória militar tutsi, foi permitida a passagem para o Zaire de cerca de um milhão de refugiados hutus⁵⁴, sem que tivesse sido encetado qualquer esforço para separar a população, estritamente civil dos elementos armados.

Importar o conflito ruandês para o solo zaireense era fácil. Mais difícil era neutralizar definitivamente os refugiados hutus. Três técnicas parecem ter sido usadas para o efeito: repatriar os refugiados, com ou sem o seu consentimento, operação que abrangeu a grande maioria daquela população; eliminar no Zaire os elementos das ex-Forças Armadas Ruandesas e das milícias hutus; exterminar pela fome e pela falta de assistência humanitária os refugiados suspeitos. de apoiar os nacionalistas hutus. Algumas destas técnicas tinham já sido ensaiadas no próprio Ruanda⁵⁵.

Os relatos da imprensa internacional nesta matéria e as imagens difundidas pelas cadeias de televisão são abundantes e arrepiantes⁵⁶. Falam da possível existência de uma espécie de Auschwitz tropical no Km 42 a sul de Kisangani, na qual execuções em massa terão tido lugar: seguidas da destruição dos corpos «em piras funerárias na floresta tropical» — o crematório estaria situado no Km 52 — e em cinzas mergulhadas no rio adjacente⁵⁷. Referem também massacres no oeste do Estado, em Mbandaka, identificando os nomes dos oficiais ruandeses que alegadamente terão dirigido as operações. Indicam ainda o desaparecimento de 200 mil refugiados ruandeses e massacres em Kasese, Biaro e Wenzi, entre outros locais. Descrevem também a utilização do auxílio humanitário como mecanismo de atracção de refugiados que posteriormente seriam abatidos.

Negar a existência de massacres foi a reacção inicial de Kinshasa e de Kigali. Discursando em Harare, por ocasião da 33.^a Cimeira da Organização de Unidade Africana, o Presidente Kabila⁵⁸ denunciou o «*complot*» aparente que se fomenta em certas capitais contra, o Congo» e apelou à «ajuda e solidariedade africanas». Essa chegou não só por via de declarações públicas de Museweni e Kagame atacando as Nações Unidas e apoiando Kabila⁵⁹, mas sobretudo através da Cimeira de Kinshasa, em 20 de Julho, na qual os Chefes de Estado do Ruanda, do Uganda, da Zâmbia, de Moçambique, da Eritreia e da Namíbia, e os Vice-Presidentes do Gabão e da Etiópia, manifestaram o seu apoio total a Kabila, que consideraram alvo de uma «campanha de intoxicação».

A oposição do Governo congolês a uma investigação internacional dos massacres ocorridos durante a guerra - e posteriormente⁶⁰ - acabou por se transformar num braço-de-ferro com as Nações Unidas. No processo, a República Democrática do Congo - o objecto da missão de investigação deliberada pela Comissão dos Direitos do Homem - obrigou as Nações Unidas a

negociar os termos e o tempo da investigação, bem como a composição da equipa que a iria conduzir⁶¹. Roberto Garretón, autor de um relatório em que referia abusos cometidos pela AFDLC no leste do Zaire⁶², foi afastado da chefia da missão, enquanto o escopo desta passou a cobrir o período 1993-1997, *por* forma a abranger também o regime de Mobutu (o que não havia sido inicialmente previsto).

Kinshasa acabou por não ceder às Nações Unidas, não obstante a forte pressão exercida pelo Secretário-Geral, Kofi Annan, e pela Alta-Comissária para os Refugiados, Ogata. Aos ultimatos de ambos Kabila reagiu com a expulsão das organizações humanitárias que trabalhavam na província de Kivu. O acordo que poderia ter desbloqueado a situação⁶³ e é de notar o facto de o Congo não ter honrado compromissos previamente assumidos de idêntica natureza - apenas foi alcançado em 24 de Outubro, em . Kinshasa, *entre* o enviado especial do Presidente Clinton, Bill Richardson, e o ministro para a Reconstrução do Congo, Etienne Mbaye. A Kofi Annan pouco mais restou do que sancionar o acordo, *obtido após uma pressão particularmente forte de Washington ligando-o ao recomeço da ajuda económica ao Congo, e enviar de volta a Kinshasa a missão que fizera regressar a Nova Iorque no início de Outubro.* O que não significa necessariamente o fim deste diferendo. Como referiu um alto funcionário congolês - «The history of our country and the United Nations is the history of a failed romance (...). At independence in 1960 the United Nations banned down our Prime Minister from the radio, and a U.N. peacekeeping took sides in our civil war We have reasons to suspect the worst»⁶⁴.

Mas a comunidade internacional também tem razões válidas para suspeitar a pior acerca do deliberado atraso dos trabalhos da missão de investigação criada pela Comissão dos Direitos do Homem. A ocultação de provas poderá ter ocorrido durante o tempo entretanto perdido. E é um facto que os corpos se decompõem mais depressa do que as ideias.

Diplomacia sem recriminações

Um genocídio não justifica um outro. A República Democrática do Congo tem interesse em demonstrar que as acusações que lhe têm sido imputadas carecem de fundamento; ou, no caso contrário, deveria romper decisivamente o ciclo de impunidade⁶⁵ prevalecente na região dos Grandes Lagos. António Monteiro notou correctamente que a credibilidade e a estatura internacional de Kabila dependem do seu respeito pelos direitos humanos⁶⁶.

Uma atitude de necrofilia tem dominado a atenção da comunidade internacional relativamente à questão dos direitos humanos no Congo; Não basta procurar saber o que aconteceu aos milhares de refugiados que foram privados do elementar direito à vida. Torna-se indispensável, antes e acima de, tudo, preservar os direitos dos congolese vivos⁶⁷.

E isso só poderá ser feito com e em colaboração com autoridades do Congo. O que pressupõe uma acção diplomática concertada, sobretudo a nível dos Estados e blocos doadores de assistência económica e humanitária, e

orientada para resultados concretos. Sem recriminações.

Numa reunião informal com o Conselho de Segurança⁶⁸, o ministro dos Negócios Estrangeiros do Congo afirmou que era tempo «de ir para além das emoções, e enfrentar as realidades e as responsabilidades». A frase é válida para os dois lados: para uma comunidade internacional que tem o direito de exigir o respeito por certos valores políticos e sociais, e para o Congo que tem legitimidade para recordar que Mobutu foi uma catastrófica criação euro-norte-americana e que a comunidade internacional foi, insensível à vaga de terror que assolou os Grandes Lagos desde 1994.

A falta de capacidade ou de vontade política - do Conselho de Segurança e das principais potências nele representadas para lidarem com as situações agudas de crise que África tem experimentado, não deixou aos africanos outra opção que a de *procurarem* resolver os seus próprios problemas. Em violação das normas de Direito Internacional que regem as relações entre os Estados, sempre que tal se revelou útil a principal baixa neste combate *tem* sido o princípio do respeito pela soberania dos Estados e da inviolabilidade das suas fronteiras, durante décadas sacralizado pela Organização de Unidade Africana.

O outro Congo aquele centrado em Brazzaville - sentiu já os efeitos da nova ordem regional estabelecida, a qual permitiu criar uma coligação de dirigentes políticos «like minded», na maioria ex-marxistas⁶⁹; Mas seria ilusória conceber que, por esse facto, a estabilidade na África Central e Austral se encontra assegurada. A presença na região dos derrotados de todas as guerras civis que nela tiveram lugar tenderá a fazer sentir-se por muito tempo, caso eles não sejam recuperados para a vida «normal» dos Estados a que pertencem⁷⁰. Neste quadro dificilmente se concebe qualquer solução duradoura à margem dos conceitos de democracia - Kabila prometeu eleições dentro de dois anos e deve ser internacionalmente encorajado a organizá-las - e de Estado de direito.

No Congo, os Estados desenvolvidos devem centrar menos a sua conduta na prestação de «lições de moralidade»⁷¹, uma solução barata para evadir problemas mais complexos, e empenhar-se mais no arranjo de fórmulas pragmáticas para auxiliar a reconstrução do Estado. Essa será a única via de evitar uma indesejável repetição de causas e efeitos políticos. Apenas desta forma, «a mais produtiva peça de geografia na história do planeta»⁷² a, Europa em colaboração com os Estados Unidos, poderá ter expectativas fundadas de ver incorporados em África alguns dos valores políticos que defende à escala universal. E. é precisamente em situações de desafios concretos a tais valores que uma reacção coordenada é requerida. Como nota Samuel Huntington, conquanto num contexto diverso «The peoples of the West (...) must hang together, or most assuredly they will hang separately»⁷³.

O Ocidente tem um interesse óbvio num renascimento da África, muito facilitado se o Congo se vier a converter num factor de estabilização regional. Mas África deve compreender que o seu renascimento não deverá ter lugar a qualquer preço Só assim poderá substituir-se por um

dueto a sinfonia para surdos que tem marcado o modo como Africa e o exterior se olham.

NOTAS

¹ André Gide, *Travels in the Congo*, The Ecco Press, Hopewell, pp. 72-73.

² *The New Yorker*, 4 de Agosto de 1997, pp. 46-47.

³ «The Congo is like a flat tire that must be inflated not with a pump but breath by breath». A frase é de um funcionário superior da AFDLC, Jean Munyampenda, citado por Philip Gourevitch, «Letter from Congo; Continental Shift», *The New Yorker*, 4 de Agosto de 1997, p. 42 e seguintes.

⁴ Citação de um artigo não assinado publicado. pelo *Financial Times*, 19 de Maio de 1997, com o título, «A Poisonous Legacy of Poverty and Decay».

⁵ Idem, *ibidem*.

⁶ Michael Holman Neil Buchley, William Hall e Peter Wise, «How Mobutu Built Up His \$4 Billion Fortune», *Financial Times*, 12 de Maio, de 1997. Na mesma edição, há outro artigo sobre o mesmo assunto com o sugestivo título «The Looting on Zaire».

⁷ Idem, *ibidem*. Em relação a Portugal, os articulistas identificam uma «residência» no Algarve, alegadamente colocada em nome de um cidadão português. Na lista de pequenos luxos de Mobutu é indicado que o seu barbeiro era português...

⁸ Howard W. French, «Playing Poker in Zaire: Rebel Leader Holds the Aces», *The New York Times*, 2 de Maio de 1997. A fonte citada não hesita em usar a qualificação «maoísta» para descrever o programa de Kabila.

⁹ Ver o brilhante artigo de Christopher Hitchens sobre Che Guevera, com o título «Goodbye to All That», *The New York Review of Books*, 17 de Julho de 1997. Outro indício da ligação de Kabila ao marxismo é o «Programa da Ideologia Política» da AFDLC, distribuído em Bruxelas, ao qual não faltam referências às «classes sociais e à sua luta», e à definição do Estado como um «instrumento de opressão de uma classe social por uma outra com o fim de a dominar». Este «notável» documento foi apropriadamente distribuído pelo «Comissário Geral para Informação e Propaganda» da AFDLC...

¹⁰ Ver, a propósito, Philip Gourevitch, «The Vanishing - How the Congo Became Zaire, and Zaire Became Congo», *The New Yorker*, 2 de Junho de 1997, pp. 50-53.

¹¹ Trata-se do Representante, Permanente dos Estados Unidos da América junto da Organização das Nações Unidas. Foi o primeiro enviado oficial de Washington a contactar com Laurent Kabila.

¹² Ver nota 3, p. 51,

¹³ Essa parecia ser a opinião da Administração norte-americana, a fazer fé em Gourevitch, *ibidem*, p. 52.

¹⁴ Ver Raymond Bonner e Howard W. French, «Rebel Army Captured Zaire in T-Shirts and Tennis Shoes», *The New York Times*, 19 de Maio de 1997.

¹⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁶ Idem, *ibidem*; ver também Jacques Isnard, «Une Légion Tutsi de Quinze Mille Hommes, Formée par l'Ouganda, Avrait Appuyé les Forces Rebelles, Selon les Services Occidentaux», *Le Monde*, 13 de Maio de 1997. No primeiro dos artigos assinalados, um oficial anónimo da NATO, referindo o escasso número de baixas em combate - cerca de duas mil - adjectiva a guerra nos seguintes termos: «It was

a war on the cheap».

¹⁷ Havia o receio de que tudo terminasse num banho de sangue, o que levou os norte-americanos a pressionar ambos os lados no sentido de evitarem tal desfecho. Ver, a propósito, Howard W. French, «Zairian Rebels Push Past Army in Final March Toward Capital», *The New York Times*, 14 de Maio de 1997. O subtítulo era significativo: «Mobutu, from the Bunker, Calls for Residents to Take up Arms». O articulista descreve Mobutu, como *um* dirigente fisicamente alquebrado e fora de contacto com a realidade, acreditando, após a queda da sua última linha de defesa, na possibilidade de as suas tropas inverterem a situação com a ajuda do movimento angolano UNITA. O banho de sangue foi evitado pela decisão do General Mahele Lieko Bukongo, Chefe das Forças Armadas, de abrir Kinshasa aos revoltosos, sem combate; o que lhe custou a vida.

¹⁸ Num editorial publicado no dia 25 de Abril de 1997, com o título «Troubling Portents in Zaire», o *The New York Times* afirmava que «após as décadas de Mobutu,, quase qualquer mudança de regime no Zaire parece boa». Mas acrescentava: «Mas enquanto Kabila parece, até à data, ser menos venal do que o seu rival, ele não deu ainda qualquer indicação de ser menos tolerante ou menos etnicamente divisivo. Ele não ofereceu quaisquer compromissos credíveis em matéria de democracia, decência humanitária ou de estado de direito». E concluía: «O povo do Zaire merece melhor do que substituir uma ditadura cruel e arbitrária por uma outra».

¹⁹ Ver, a propósito, os seguintes artigos: Howard W. French, «Playing Poker in Zaire: Rebel Leader Holds the Aces»; idem, «Once Again Africa Deals With a Crisis on Its Own», *The New York Times*, 9 de Junho de 1997; Lynn Duke e James Rupert, «The Power Behind the New Congo, Rulers Reflect War's Tutsi Roots», *The Washington Post*, 28 de Maio de 1997; e, Jacques Isnard, *ibidem*.

²⁰ Philip Gourevitch, «Letter from Congo, Continental Shift», p. 44: «For it was true, after all that the Alliance's military command had originated out of Rwanda. Major General Paul Kagame, Rwanda's Vice-President and minister of Defense, told me so in mid-June, reversing Rwanda's previous denials and confirming what radio trottoire had been saying all along». Na mesma linha, o autor cita também o Presidente do Uganda: «The big mistake of Mobutu was to involve himself in Rwanda, Museveni told me. So it's really Mobutu who initiated the program of his removal».

²¹ Ver John Promfet, «Rwandans Led Revolt in Congo», *The Washington Post*, 9 de Julho de 1997. Paul Kagame explicou o plano de batalha por ele formulado, nos seguintes termos:

- o primeiro objectivo era «desmantelar os campos» de refugiados hutus;
- o objectivo seguinte consistia na destruição da estrutura militar do exército e das milícias hutus, procurando trazê-los de volta ao Ruanda ou espalhá-los pelo Zaire; e,
- a eliminação de Mobutu seria o objectivo final, embora se reconhecesse que a AFDLC não o poderia fazer sozinha. Kagame indicou à mesma fonte que as forças ruandesas teriam desempenhado um papel central na tomada de Kinshasa, Kisangani - o ponto de viragem da guerra - Lumumbashi e Kenge.

²² Lynn Duke e James Rupert, *ibidem*, afirmam, com base em «fontes ocidentais», que aquele comandante terá sido assassinado por se opor à dominação tutsi da AFDLC, notícia que teve repercussão noutros meios da imprensa internacional.

²³ Ver o artigo citado na nota 14.

²⁴ Ver o interessante artigo de James C. McKinley, Jr., «Uganda Leader Stands Tall in New African Order», *The New York Times*, 15 de Junho de 1997.

²⁵ Há quem o considere «um Bismarck africano» - ver o artigo citado na anotação anterior -, uma comparação que dificilmente o deixaria feliz dada a sua vontade de ver África evitar o recurso a modelos europeus.

²⁶ Museveni defende um «pot pourri» ideológico que parte do salutar princípio de que os africanos devem deixar de censurar o colonialismo pelos seus próprios problemas. A partir desta premissa, Museveni preconiza o papel motor da iniciativa privada na recuperação económica da África, relegando para segundo plano o auxílio externo, e rejeita o modelo «ocidental» de democracia multipartidária, por, no seu entendimento, pressupor uma classe média que ainda não existe em África. O Presidente do Uganda defende ainda a criação de um «mercado comum africano», no qual o Congo desempenhará uma função central - pela sua população, localização e recursos - e repescou a ideia, criada por Julius Nyerere, de constituição dos Estados Unidos de África.

²⁷ Sobre a intervenção angolana recomendam-se os seguintes artigos: James Rupert, «Angolan Incursion Reflects New Interventionist Posture in Africa», *The Washington Post*, 21 de Outubro de 1997; Thomas W. Lippman, «Angolan Armor Joins Drive in Zaire, U.S. Officials Say», *The Washington Post*, 2 de Maio de 1997; Pierre Prier, «Les Cosaques Noirs Venus d'Angola», *Le Figaro*, 14 de Maio de 1997; e, Howard W. French, «Playing Poker in Zaire: Rebel Leader Holds the Aces». O primeiro dos artigos assinalados analisa as intervenções angolanas no ex-Zaire e na República do Congo.

²⁸ Kabila reconheceu em Luanda, na primeira visita oficial *que* efectuou a Angola, em 6 e 7 de Agosto de 1997, o papel central deste Estado no derrube de Mobutu. Na ocasião, para além de ter assinado um Acordo de Defesa, o Presidente congolês agradeceu «ao povo e ao Governo angolanos, pelo apoio morai; diplomático, político e material que nos concederam durante a luta *que* permitiu a libertação do Congo». Ver Simão Roberto, «Kabila Inicia Visita a Angola», *Já*, 6 de Agosto de 1997.

²⁹ Em 11 de Novembro de 1975, o dia da proclamação de independência de Angola, soldados zairenses e elementos angolanos a eles afectos foram travados a cerca de 20 Km de Luanda, em Quifandongo, pela actuação conjunta do recém-nascido exército de Angola e por um contingente militar cubano. Durante a Guerra Fria Mobutu era tido como a «jóia da coroa» da actuação norte-americana em África contra as forças africanas reputadamente afectas à então União Soviética. Angola pagou um elevado preço humano e material pelas acções militares hostis desencadeadas a partir do Zaire,

³⁰ As referências, ao envolvimento da UNITA no Zaire são abundantes na imprensa internacional. Refiro somente os seguintes artigos, a título exemplificativo: Frédéric Fritsher, «Monsieur Kabila Réfuse de Négocier la Transition du Pouvoir au Zaire avec Monsieur Monsegwo», *Le Monde*, 13 de Maio de 1997, afirmava - «les rebelles soutenus par des soldats angolais sont fixés par les Forces Armées Zairoises (FAZ) aidées par les rebelles angolais de l'UNITA de Jonas Savimbi»; Howard W. French, no artigo mencionado na nota 17, também cita a UNITA e a sua associação a Mobutu; Suzanne Daley, «Zaire's Fall Jolts Neighboring Angola's Frail Peace», *The New York Times*, 8 de Junho de 1997, escrevia que «Angola rebels needed Mobutu to lean on, a fact not lost or their foes»; e, Howard W. French, «Mobutu Leaves Capital of Zaire in What Many See as End to Rule», *The New York Times*, 8 de Maio de 1997, afirmava o

seguinte: «...fighters loyal to Mr. Mobutu, most likely formar Angolan rebels, were recently flown into the area (Kenge) to at least slow the final advance of Mr. Kabila forces on Kinshasa».

³¹ Joseph Conrad, *Heart of Darkness*, Signet Classic, New York, 1983, p. 78.

³² «The French resisted to the very last», according to one diplomat. «Their policy seems to have been frozen in time». David Owen e Michela Wrong, «Fresh Setback for France in Africa», *Financial Times*, 19 de Maio de 1997.

³³ Aparentemente, a ideia de uma força multinacional terá também sido defendida pelos norte-americanos, canadianos e britânicos, o que terá apressado a decisão ruandesa de intervir no Zaire, como forma de precluir a sua concretização. Ver o artigo referido na nota 21.

³⁴ O plano consta da Resolução 1097 (1997), aprovado por unanimidade pelo Conselho de Segurança em 18 de Fevereiro de 1997 - documento S/RES/1097 (1997).

³⁵ A ideia de realização de uma conferência nos moldes referidos parece, de momento, afastada, por oposição não só da República Democrática do Congo, mas também do Uganda, do Ruanda e da Tanzânia, que contestam a sua utilidade. Numa palestra a que assistimos recentemente na International Peace Academy em Nova Iorque, o ex-Presidente Julius Nyerere foi particularmente cáustico na condenação do papel da França nos Grandes Lagos, considerando a ideia da conferência como um instrumento ultrapassado da política francesa na região.

³⁶ Raymond Bonner, no artigo «France Linked to Defense of Mobutu», publicado em 2 de Maio de 1997, que parece constituir urna deliberada fuga de informação da Administração norte-americana, indica que Paris usou uma empresa de telecomunicações - a Geolink - como testa-de-ferro desta operação encoberta. Um membro da empresa, André Martinie, afirmou, «on the record», a Bonner que um dos directores da companhia, Philippe Perrette, entretanto afastado, «tinha trabalhado para a inteligência francesa, sem o conhecimento da companhia». Perrette, também «on the record», negou tal ligação, mas confirmou que, numa base pessoal, havia recrutado mercenários, mantendo o «gabinete do Presidente Chirac» informado das suas acções. A operação em apreço terá custado apenas 5 milhões de dólares norte-americanos.

³⁷ A declaração de Libreville rejeitou a constituição de uma força de interposição africana e convidou as «instituições zaienses» a nomearem um presidente. Os Chefes de Estado presentes - do Gabão, do Zaire, da República do Congo e da Guiné Equatorial - reconheceram também que Mobutu não seria um candidato à sua própria sucessão. Ver nota 30, e ainda Jean-Jaques Louarn, «Les Chefs d'Etat Africains Francophones Invitent Mr. Mobutu à Passer Ia Main», *Le Monde*, 10 de Maio de 1997.

A réplica da AFDLC a esta proposta foi dada por Bizima Karaha, o actual ministro dos Negócios Estrangeiros do Congo, que a considerou «uma tática dilatória», pelo que a Aliança ia «avançar» no terreno como «resposta». Ver James Rupert, «Oppose Proposal for Interim Leader», *The Washington Post*, 12 de Maio de 1997.

³⁸ «The new model for France's relationship with its former empire was not one of withdrawal at all but merely of carefully picking one's shots». Ver Howard W. French, «Africa Finds Old Borders Are Eroding», *The New York Times*, 18 de Outubro de 1997.

Frédéric Fritsher, «La France Veut Moderniser sa Politique Africaine», *Le Monde*,

14 de Outubro de 1997, notou que a política de Paris em África iria passar a ter «uma dimensão continental», de que constituiria um indício o itinerário da primeira visita a África do novo ministro dos Negócios Estrangeiros, Hubert Védrine, que incluiu o Gabão, a Costa do Marfim, a Etiópia e a África do Sul.

Como habitualmente, *Le Canard enchaîné* foi mais preciso nesta matéria, no artigo «Uns in d'Oell de Kabila à Chirac», 16 de Outubro de 1997: «Les relationship entre lei nouveau Congo de Kabila. et la France, naguère "mobutiste", ne sont plus orageuses. Première indication: le 14 Juillet, Iors de la traditionnelle reception organisée par l'Ambassade de France à Kinshasa, neuf ministres congolais et le Secrétaire-Générale de l'alliance (le parti unique) sont venus déguster nos petits fours». Lapidar.

³⁹ Juntamente com os Estados Unidos da América, o Reino Unido, a Bélgica e, a partir de certa altura, Portugal.

⁴⁰ Ver o artigo citado na nota 3.

⁴¹ Ver o artigo citado na nota 21. Note-se que Paul Kagame estudou no U.S. Army Command e no General Staff College do Exército dos Estados Unidos da América.

⁴² Ver Lynne Duke, «U.S. Military Role in Rwanda Greater than Disclosed», *The Washington Post*, 18 de Agosto de 1997.

⁴³ Ver, a propósito, o interessado artigo de opinião «There's Hope in Congo», publicado por Marina Ottaway (professora de estudos africanos na Universidade Johns Hopkins), *The Washington Post*, 11 de Junho de 1997. A tese central é a de que, embora a vitória de Kabila não signifique automaticamente uma transição para a democracia, ela seria a melhor aposta na consolidação da estabilidade no Congo. E sem estabilidade e um mínimo de reconstrução do Estado, a democracia não seria possível...

⁴⁴ Ver o artigo citado na nota 30, em que é dito o seguinte: «In a week of shuttle diplomacy in Africa, Mr. Richardson delivered a letter to Mr. Mobutu from Mr. Clinton urging the Zairian leader to remove himself from the political scene, and it is believed to have pressed Mr. Kabila to slow his advance on Kinshasa to allow Mr. Mobutu a peaceful exit».

⁴⁵ Ver Raymond Bonner, «New Congo Leader Meets U.S. Envoy on Refugee Issue. Breakthrough is Cited», *The New York Times*, 8 de Junho de 1997.

⁴⁶ Ver John M. Goshko, «Richardson Will Lead U.S. Envoys to Congo», *The Washington Post*, 16 de Outubro de 1997.

⁴⁷ Ver Marc Roche, «Le Triomphe de Jean-Raymond Boulle, l'Homme d'Affaires Financiers des Rebelles», *Le Monde*, 18 de Maio de 1997. A empresa em questão tem, por coincidência, a sua sede no Estado de origem do Presidente Clinton, o Arkansas, em Hope.

⁴⁸ Ver James Rupert, «With Aid in Doubt Congo Courts Business», *The Washington Post*, 5 de Novembro de 1997.

⁴⁹ Numa ocasião, Bill Richardson não foi recebido em Paris pelo Presidente Chirac e pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Hervé de Charette, no regresso da sua primeira deslocação ao Congo. Ver Raymond Bonner, «Hopes for Quick End to Age of Mobutu Are Fading Past», *The New York Times*, 9 de Maio de 1997.

⁵⁰ Ver artigo mencionado na nota 27.

⁵¹ Joseph Conrad, *ibidem*, p. 123.

⁵² Ver o artigo citado na nota 10. Segundo a mesma fonte, a palavra «Zaire» era uma antiga derivação «portuguesa» da palavra «rio», usada por uma das etnias locais.

⁵³ Ver o excelente artigo de John Pomfret, «Massacres Were a Weapon in War of

Liberation», *The Washington Post*, 11 de Junho de 1997.

⁵⁴ Através da célebre «Operação Turquesa», montada pela França.

⁵⁵ Ver o relatório da Amnesty International – «Rwanda, Ending the Silence» – de 25 de Setembro de 1997. Nele é referido que «a morte tornou-se de novo uma banalidade nas vidas dos ruandeses comuns»; que cerca de 6000 habitantes – na sua maioria civis desarmados – foram mortos entre Janeiro e Agosto de 1997; que as vítimas incluíam muitos retornados repatriados à força do leste do Zaire; e, que a população prisional é superior a 120 mil habitantes, detidos em condições desumanas, acusados de crimes passíveis de pena capital.

⁵⁶ Ver nota 53; Danielle Rouard, «Zaire, Au Kilomètre 25, Une Forte Odeur de Cadavres», *Le Monde*, 13 de Maio de 1997; Raymond Bonner, «New Refugee Crisis Builds in Zaire»; Ann M. Simmons, «Human Rights Red Flag Flies Over Kabila», *The Los Angeles Times*, 23 de Outubro de 1997; Lynne Duke, «Kabila Wants the U.N. Out of Congo», *The Washington Post*, 1 de Outubro de 1997; Scott Campbell, «What Kabila is Hiding?», *The Washington Post*, 22 de Setembro de 1997 (transcreve-se o início: «In some remote parts of the Democratic Republic of Congo, you can still see the banes...»); e, James McKinley, Jr., e Howard W. French, «Uncovering the Guilty Footprints Along a Zaire Long Trail of Death», *The New York Times*, 14 de Novembro de 1997.

⁵⁷ Neste contexto, parece particularmente relevante, pela minúcia da descrição dos factos que relata, o artigo de Donald G. McNeil, Jr., «Reports Point to Mass Killings of Refugees in Congo», *The New York Times*, 27 de Maio de 1997. Transcreve-se apenas o seguinte trecho: «Beyond Km 42, there are reports of burial pits from which the bodies from earlier killings are being dug up and burned. Soldiers and local Congolese civilians who have trucked in wood and gasoline say there is an open air crematorium beside a quarry at Km 52».

⁵⁸ Ver «Allocution de S.E.M. Laurent Désiré Kabila, Président de la République, à la 33^e Session du Sommet des Chefs d'Etat et de Gouvernement de l'Organisation de l'Unité Africaine, à Harare du 2 au 4 Juin 1997», République Démocratique du Congo, Cabinet du Président de la République.

⁵⁹ Buchizya Mseteka, «Analysts See Museweni Remarks Killing Congo Probe», *Reuters*, Nairobi, 9 de Outubro de 1997.

⁶⁰ Brian Atwood, Director da United States Agency for International Development, disse em 10 de Outubro, numa reunião em Genebra, que havia um «esforço sistemático» para encobrir as atrocidades, acrescentando o seguinte: «We are not talking about the past tense. As we speak there are still areas out of bounds for humanitarian workers... and we suspect that atrocities are now accuring». Ver Brian Atwood, «U.S. Envoy Says Killings Continuing in Former Zaire», *Reuters*, 6 de Outubro de 1997.

⁶¹ Quanto a este ponto ver: John Pomfret, «U.N. Accuses Kabila of Delaying Probe», *The Washington Post*, 30 de Junho de 1997; Arthur Malu-Malu, «Zaire Says U.N. Must Agree Basic Probe Conditions», *Reuters World Report*, Kinshasa, 3 de Julho de 1997; «U.N. Pulls Human Rights Team From Former Zaire», *CNN Interactive World News*, 1 de Outubro de 1997; Lynn Duke, artigo referido na nota 6; John M. Goshko, artigo referido na nota 46; «Congo to Permit U.N. Inquiry Into Killings», *The New York Times*; e, *Reuters*, 25 de Outubro de 1997.

⁶² «Report on the Situation of Human Rights in Zaire, Prepared by the Special Rapporteur, Mr. Robert Garretón, in Accordance with Commission Resolution

1996/97». Documento United Nations E/CN.4/1997/6/Add.2.

⁶³ Ver «Statement Attributable to the Spokesman for the Secretary-General», U.N. Spokesman Office, New York, 10 de Novembro de 1997.

⁶⁴ Citado em Howard W. French, «Congo at Risk in Defiance of U.N. Over War on Refugees», *The New York Times*, 15 de Setembro de 1997.

⁶⁵ A expressão foi tomada de empréstimo a Roberto Garretón, no discurso que proferiu na 52.ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 13 de Novembro de 1997.

⁶⁶ Ver *Diário de Notícias*, «Credibilidade de Kabila Depende do Seu respeito Pelos Direitos Humanos», 18 de Maio de 1997.

⁶⁷ São do Representante Permanente do Congo junto das Nações Unidas, Embaixador André Mwamba Kapanga, as seguintes palavras, proferidas perante a Terceira Comissão, em 14 de Novembro de 1997: «It is ironic for Mr. Garretón to state that our government has not put in place any measures to guarantee the economic, social and cultural rights for our people. What Mr. Garretón has forgotten is that my people have *been* held hostage for the past six months by the international community which, because of its obstination with the rights of the dead, has blantly forgotten the rights of 45 million Congolese who live in abject poverty».

⁶⁸ Na «Fórmula ARRIA», isto é, não constante dos actos oficiais do Conselho e realizada fora das instalações habitualmente utilizadas por aquele órgão.

⁶⁹ Facto que Durão Barroso oportunamente assinalou no artigo intitulado «O Sentido Estratégico de Angola», *Expresso*, 25 de Outubro de 1997. O papel central de Angola na nova composição de forças em Africa é também bem retratado por Amaud de la Grange, «Eduardo dos Santos, le faiseur de Rois», *Le Figaro*, 28 de Outubro de 1997.

⁷⁰ A melhor prova de tal asserção poderá ser vista em Angola no aumento de tensão na Luanda Norte imediatamente após a queda de Mobutu. Ver, por exemplo, Suzanne Daley, «Zaire's Fali Jolts Neighboring Angola's Frail Peace», *The New York Times*, 8 de Junho de 1997. O mesmo se diga do falhanço do Presidente Museveni em lidar com os movimentos de guerrilha que se lhe opõem, o Allied Democratic Forces e o Lord's Resistance Army; ou, no Ruanda, do poderoso ataque das milícias hutus contra Giseny, em 15 de Outubro (ver, respectivamente, os seguintes artigos: «Peace Dividend Passed in Ugandan Killing Fields», *Financial Times*, 6 de Outubro de 1997; e, «Fighting in and Near Congo Outlasts Defeat of Mobutu», *The New York Times*, 13 de Outubro de 1997).

⁷¹ Essa é a tese de Jeffrey D. Sachs e de Robert Rotherg, no interessante artigo «Help Congo Now», *The Washington Post*, 3 de Junho de 1997.

⁷² Os direitos de autor pertencem a Clive James, «Europe: An Introduction», *The New Yorker*, 28 de Abril e 5 de Maio de 1997.

⁷³ Samuel Huntington, «The West: Unique, Not Universal», *Foreign Affairs*, vol. 75, n.º 6, Novembro/Dezembro de 1996, p. 44.